

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO E CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA-IPMH

Aos vinte e oito dias do mês de Maio do ano de dois mil e três, reuniu-se na Sede do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH na Rua Campo de Pousos, 751, Centro, Holambra, às dez horas, os membros do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal do IPMH, estando presentes Clea Sylvia Sabino de Souza, na qualidade de Superintendente Chefe do IPMH, os membros do Conselho Administrativo: Liliana Jordão, Joel Antonio, Maria Cecília Stolf Jeuken, Alessandra Kelen Belonci Gallo, Maria Inês de Oliveira, Wanderlei Sellani, Mônica Aparecida Domingos e os membros do Conselho Fiscal: Andreia Carlos de Melo, Ulisses Filipini e Adriana Benini Brangeli para atenderem convocação solicitada pela Superintendente, para colocar os membros de ambos os conselhos a par de diversos assuntos que demandam aprovação dos Conselheiros, como mudança de investimento, assinatura do Contrato da SELECTRON, erro de aplicação do Banco do Brasil, etc. A presidente do Conselho Administrativo, Mônica pediu a Liliana Jordão, que a auxiliasse como Secretária e deu como aberto os trabalhos do dia, em seguida foi solicitado pela Presidente à Superintendente Chefe que tomasse a palavra para a sua exposição do tema da reunião, que agradeceu e falou que a Superintendência trazia para aprovação dos Conselhos as providências que estavam sendo tomadas, junto ao BANESPA para mudança do Fundo de Aplicação do BANESPA FAC Liquidez que estava rendendo por volta de 1,84 ao mês para o Fundo BANESPA FBQ DI MASTER que está rendendo 2,22 ao mês conforme levantamento e que também tem caráter conservador com baixo risco de mercado, conforme perfil de investimentos adotado por esta administração. Apresentou os saldos das aplicações atuais sendo que no BB Fundo Institucional temos R\$ 1.731.240,84 e no BANESPA FAC Liquidez R\$ 1.299.970,82. Disse inclusive que estava passando a informação aos Conselheiros que a Resolução, nº 2651 e 2652, alteradas pela 2661/99, exige que as aplicações dos Institutos de Previdência, tenham 20% dos recursos aplicados em compras de Títulos de emissão do Tesouro Nacional e que isso deverá estar normatizado até 1º de Julho de 2003, conforme consta na Resolução, e que esteve buscando no mercado quem poderia cuidar desse tipo de aplicações para o nosso Instituto, juntamente com a nossa assessoria financeira a Institucional que fosse sem custos e de renome no mercado financeiro, para que tivéssemos confiança para investir e que essa Instituição Financeira tomasse as providências necessárias para abrir a nossa conta no Banco Central e também cuidasse das comprovações contábeis necessárias para a comprovação junto ao Tribunal de Contas, chegou-se a conclusão de que o Banco Santos, está se destacando no mercado, pois diversos Institutos já estão se adequando este mês a essas exigências através do Banco Santos e que agendou para o próximo mês, provavelmente no dia 17 de junho, e estará realizando nova reunião com os Conselhos para a explanação do Banco Santos, sobre como funciona todo esse processo, qual os rendimentos e como ele está atuando junto aos Institutos de Previdência. Que temos que cumprir as exigências com urgência, pois a próxima revalidação do Certificado de Regularidade da Previdência, estará exigindo essas aplicações e não podemos correr o risco de ver negado o Certificado. Que hoje estamos rigorosamente em dia com as exigências do Ministério da Previdência, conforme extrato emitido pelo site do Ministério. Então ficou aprovado pelos Conselheiros a reunião com o Banco Santos e mudança do Fundo de Aplicação no BANESPA para o FBQ DI Máster. E aproveitando o tema exigências, que trazia a informação que a CETIL, finalmente tinha terminado com a aprovação da SELECTRON, o programa que iria gerar os dados dos Registros Individualizados, que havíamos solicitado a nossa assessoria previdenciária, uma funcionária para providenciar a geração dos dados desde 1995, dentro da Prefeitura Municipal, já que havíamos sido informados que não haviam funcionários da Prefeitura, disponíveis para fazer esse trabalho. Esses dados já foram enviados à SELECTRON e aprovados até Janeiro de 2003 e que estaremos assinando agora no início do mês de Junho o Contrato de Prestação de Serviços, para implantação, locação e manutenção do Programa, conforme Orçamento de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) de implantação e treinamento do software e para manutenção e locação, R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por mês, e assim, finalmente estaremos podendo gerar os Registros Individualizados e cumprirmos mais essa exigência para o IPMH. Ficou então aprovado pelos Conselhos a assinatura do Contrato com a SELECTRON. Ainda falando em exigências, a Superintendente informou que até a presente data, não foi enviado à Câmara Municipal, pela Prefeitura Municipal, o Projeto de Lei com as alterações necessárias para cumprimento das exigências da legislação do Ministério da Previdência Social, conforme ficou aprovado em Ata, na reunião com o Prefeito Municipal e Vereadores, Diretores e Conselheiros, quando da Prestação de Contas desta Superintendência em 05 de Fevereiro de 2003. Que a INSTITUCIONAL enviou todas as alterações ao Departamento Jurídico, conforme diversas etapas nos últimos meses, a conforme diversas exigências da Dra. Nágila e até o momento não estamos adequados. Inclusive aproveitou para informar que o Tribunal de Contas havia ligado e informado que estará em auditoria ao IPMH entre os dias 09 a 13 de junho e que acredita que a auditoria apontará que a Prefeitura está arcando com o pagamento indevido de benefícios aos Servidores Públicos, que são de competência do IPMH, como auxílio doença, auxílio maternidade, salário família, etc. Que aproveitando o assunto, informava que "in of" o Departamento Pessoal da Prefeitura, Sra. Claudia, havia comentado que haviam algumas funcionárias com mais de 2 anos de afastamento por doença e que estaria passando essa lista para o IPMH para as providências necessárias, já que o IPMH precisa nomear uma junta de avaliação médica, que emitirá um laudo sobre o estado de cada funcionário, para poder passar a pagar os auxílios doença,

conforme está na Lei Complementar nº 127/02 atualmente . Que a Superintendência já solicitou por diversas vezes a lista via correspondência oficial, para que possamos tomar as providências necessárias, pois até o momento não temos nada em mãos, e passava esse assunto para conhecimento dos Conselheiros. Frente as exposições, os Conselheiros acharam por bem enviar um Ofício de todos ao Prefeito Municipal, para solicitar providências quanto a alteração da Lei com urgência, ficando os demais problemas para futuros ofícios, para aos poucos solicitar ao Prefeito providências, já que o mais urgente é o Projeto de Lei. Tomando novamente a palavra a Superintendente, informou que necessário se faz assinar o Contrato de Prestação de Serviço com Holnet provedor de Holambra, pois para o envio de dados para a compensação previdenciária será necessário a implantação da Rede Wirelles, um conceito de transmissão de Internet, bem mais rápido, o que beneficiará todo o processo, pois via linha telefônica é impossível, devido aos problemas de linhas com ruídos, etc.. e que aqui em Holambra, é feito somente pela Holnet, que custará uma mensalidade de R\$ 90,00(noventa reais) e a instalação e configuração do sistema custarão R\$ 399,00 (trezentos e noventa e nove reais) e que pedia a aprovação dos Conselheiros, pois estará enviando os processos de Aposentadoria para Brasília para começar o teste, para a devida Compensação Previdenciária, que esse processo demanda tempo em Brasília, mas temos que começar pois já temos pelo menos 03 aposentadorias , conforme exigência do Ministério da Previdência. Ficou então aprovado pelos Conselheiros a assinatura de Contrato de Prestação de Serviços com o Provedor Holnet, mas que devemos então cancelar com a UOL, pois não será necessário manter dois provedores, o que a SUPERINTENDENTE CHEFE ficou de providenciar. Em seguida a Presidente Mônica, deu a palavra aos Conselheiros presentes, para suas propostas e dúvidas, mas nenhum deles fez o seu uso, e nada mais foi dito e deu-se a pauta da Sessão como aprovada pelos membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal. E não havendo nada mais a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos do dia. Eu, Liliana Jordão, na qualidade de secretária desta sessão, lavrei a presente Ata que lida e aceita por todos, vai assinada por mim e por todos os demais membros titulares presentes dos Conselhos Administrativo e Fiscal.

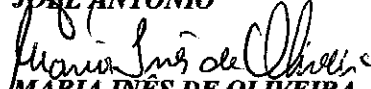
Holambra, 28 de Maio de 2003.


LILIANA JORDÃO


MARIA CECÍLIA STOLF JEUKEN


JOEL ANTONIO


MÔNICA APARECIDA DOMINGOS


MARIA INÊS DE OLIVEIRA


WANDERLEI SELLANI


ALESSANDRA K. B. GALLO


ANDREIA CARLOS DE MEIRO


ULISSES FILAPINI


ADRIANA BENINI BRANGELI